

# Invasões de terrenos por movimentos sociais deixam setor de incorporação em alerta

Dezenas de ocupações a terrenos públicos e privados, organizadas nos últimos meses em vários Estados brasileiros por movimentos sociais – como o MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto) – causam apreensão entre as incorporadoras associadas à Abrainc e entre outras entidades do segmento da construção civil.

Somente em São Paulo, nos últimos meses, foram registradas mais de 90 ocupações. Uma das mais emblemáticas é o terreno ocupado pelo MTST no Morumbi, na zona oeste, do qual 60 mil metros quadrados são da incorporadora Even. A empresa solicitou a reintegração de posse à Justiça, que está em fase de cumprimento. No entanto, integrantes do movimento resistem em cumprir a ordem judicial.

Assim como ocorrido há dois meses em Itaquerá (zona leste de São Paulo), quando um terreno da construtora Viver foi invadido pelo MTST, o movimento exige que o governo desaproprie o terreno e construa moradias populares para os invasores, por meio do Programa Minha Casa Minha Vida.

Na visão da Abrainc, as invasões abrem um precedente arriscado. A proliferação das ocupações pelo país é fruto da complacência com os atos de desrespeito à lei. A inércia pública em relação à questão vem permitindo que os movimentos sociais partam, cada vez mais, pelo caminho da agressão.

Em julho, o MTST invadiu a sede da construtora Even. Em maio, Odebrecht, OAS e Andrade Gutierrez já haviam sido alvos de manifestações. O MTST invadiu também a sede da operadora de telefonia celular TIM, em São Paulo, e simultaneamente o prédio da Anatel. O

protesto seria pela melhoria dos serviços oferecidos pelas operadoras. O movimento já planeja novas ações contra as sedes da Oi, Vivo e Claro.

## Protestos como pressão

Movimentos têm organizado ainda protestos em São Paulo, bloqueando vias e causando transtornos à população. No último dia 23, um ato do MTST – o 31º do ano, uma média de um por semana – pleiteava desapropriação do terreno da Even no Morumbi.

A prefeitura negou o pedido,

***Reivindicação por moradia é legítima, mas não pode ameaçar a ordem social***

mas concordou em desapropriar um terreno no Campo Limpo (zona sul) para abrigar moradias populares. O MTST celebrou a decisão e já planeja novas manifestações. Dessa forma, atos que prejudicam a cidade e o dia-a-dia dos paulistanos são orquestrados para servir como instrumento de coação às autoridades.

Dessa forma, agem com deslealdade para atingir rapidamente seus objetivos, prejudicando a população que aguarda pelo acesso à habitação. O programa MCMV, que é apoiado pelo setor imobiliário, é importante para sanar o déficit ha-

bitacional. No entanto, existem regras e prazos a ser cumpridos, que não podem ser alterados devido a atos de intimidação promovidos por uma minoria. Cerca de 6 milhões de famílias estão à espera de moradia, e o MTST representa apenas um pequeno grupo.

Essa forma de atuação é um indício de que alguns movimentos, embora tenham surgido do pedido legítimo por moradia, afastaram-se da questão e caminharam em direção ao desrespeito à lei e ao Estado de Direito. Isso leva a crer que a real intenção é desestabilizar a sociedade, por meio da ameaça.

## Prejuízo à economia e à sociedade

Ações ilegais de movimentos sociais prejudicam não somente o setor como a sociedade e a economia. Invasões oneram as empresas contratadas, o que pode acarretar na redução de investimentos de companhias que trabalham, de forma organizada, para reduzir o déficit habitacional no país. Também abrem espaço para que novas reivindicações desrespeitem as leis, criando um clima de desordem pública e insegurança.

É inegável a legitimidade de pleitear o amplo acesso à moradia, e a indústria imobiliária compartilha dessa reivindicação. Mas é fundamental que os limites legais sejam observados. O ritmo das invasões cresce de forma acentuada, criando a sensação de que seja aceitável ocupar propriedades, privadas ou públicas. Governo, sociedade civil e empresários precisam atuar, com urgência, para encontrar saídas. Descumprir ordens judiciais, invadir terrenos e parar as ruas não será a solução.